

TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS PARA
CONTRATAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

ENTRE

COMPASS COMERCIALIZAÇÃO S.A.

E

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS

DATADO DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024

ÍNDICE

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	1
CLÁUSULA 2 – OBJETO	2
CLÁUSULA 3 – NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.....	2
CLÁUSULA 4 – VIGÊNCIA	3
CLÁUSULA 5 – PREÇO DO GÁS	4
CLÁUSULA 6 – COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA.....	4
CLÁUSULA 7 – COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA	5
CLÁUSULA 8 – PROGRAMAÇÃO	5
CLÁUSULA 9 – PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS	6
CLÁUSULA 10 – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO	6
CLÁUSULA 11 – QUALIDADE DO GÁS	7
CLÁUSULA 12 – PARADAS PROGRAMADAS	7
CLÁUSULA 13 – FATURAMENTO	7
CLÁUSULA 14 – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	11
CLÁUSULA 15 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.....	13
CLÁUSULA 16 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	16
CLÁUSULA 17 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	18
CLÁUSULA 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	18
CLÁUSULA 19 – CONFIDENCIALIDADE	20
CLÁUSULA 20 – NOVAÇÃO	21
CLÁUSULA 21 – CONDUTA DAS PARTES	21
CLÁUSULA 22 – LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.....	22
CLÁUSULA 23 – DISPOSIÇÕES GERAIS	22
ANEXO 1 – TERMOS DEFINIDOS E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	25
ANEXO 2 – MINUTA DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO	30

TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

Pelo presente instrumento, as partes abaixo:

COMPASS COMERCIALIZAÇÃO S.A., sociedade anônima, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 24, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 19.046.324/0001-99 (doravante denominada "COMPASS"), neste ato representada na forma de seu estatuto social; e

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS, sociedade anônima, com sede na Rua Líbano, 2.258, 6º andar, Alvorada, Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 06.023.921/0001-56 (doravante denominada "MTGÁS"), neste ato representada na forma de seu estatuto social;

VENDEDORA e COMPRADORA são também denominadas, isoladamente, "PARTE" e, em conjunto, "PARTES".

CONSIDERANDO QUE:

- A. as PARTES desejam comprar ou vender gás natural entre si, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- B. a COMPASS é autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP como agente de comercialização e como carregadora de gás natural, conforme Autorizações SIM-ANP nº 896/2020 e SIM-ANP nº 267/2021 respectivamente, e está registrada como agente vendedor de gás natural nos termos do Despacho nº 1.018/2020 (Registro nº 03.33.35.00150046);
- C. a MTGÁS é autorizada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP como agente de comercialização e como importadora de gás natural, conforme Autorizações SIM-ANP nº 590/2023 e SIM-ANP nº 920/2023 respectivamente.
- D. as PARTES desejam regular os termos e condições gerais que serão aplicáveis às operações de compra e venda de GÁS NATURAL que podem ser acordadas entre as PARTES em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO decorrente deste CONTRATO;
- E. cada PARTE, conforme aplicável, celebrou ou celebrará contratos de transporte de gás natural (GTA) para garantir o cumprimento do compromisso de fornecimento e recebimento assumido em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO;

RESOLVEM as PARTES celebrar estes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL ("CONTRATO"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

1.1. Termos Definidos. Os termos e expressões utilizadas neste CONTRATO em maiúsculas serão interpretados conforme as definições atribuídas no ANEXO 1 a este CONTRATO.

1.2. Regras de Interpretação. As regras de interpretação previstas no ANEXO 1 serão aplicáveis a este CONTRATO.

1.3. Documentos do Contrato. Os documentos abaixo relacionados integram e constituem parte inseparável do presente CONTRATO:

- (a) ANEXO 1: Termos Definidos e Regras de Interpretação;
- (b) ANEXO 2: Minuta de Notificação de Confirmação;
- (c) cada NOTIFICAÇÃO DE ENTREGA que seja assinada pelas PARTES conforme este CONTRATO.

1.4. Conflitos. Em caso de conflito entre os termos e condições deste CONTRATO, de qualquer de seus Anexos e/ou de qualquer NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO assinada pelas PARTES conforme este CONTRATO, a seguinte ordem de prevalência deverá ser adotada para solucionar o conflito:

- (a) a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO em questão;
- (b) o corpo do CONTRATO e o ANEXO 1;
- (c) ANEXO 2: Minuta de Notificação de Confirmação.

2. OBJETO

2.1. Termos e Condições Gerais. O objeto deste CONTRATO é o estabelecimento dos termos e condições gerais para a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL, no(s) PONTO(S) DE ENTREGA, durante o PERÍODO DE FORNECIMENTO, mediante o pagamento do PREÇO, tudo de acordo com cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO e os termos e condições gerais deste CONTRATO.

2.2. Compra e Venda. A assinatura deste CONTRATO por si só não representa um compromisso vinculante de compra e venda de qualquer volume de GÁS NATURAL entre as PARTES. Qualquer compromisso de compra e venda de GÁS NATURAL entre as PARTES somente estará caracterizado após a assinatura de uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO pelas PARTES, conforme detalhado na Cláusula 3. As PARTES não estão obrigadas a assinar nenhuma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

2.3. Registros. As PARTES possuem a obrigação de registrar este CONTRATO na ANP, bem como a VENDEDORA estará obrigada a registrar a(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO na ANP em até 30 (trinta) dias contados da sua assinatura. As PARTES deverão, ainda, registrar este CONTRATO e a(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO junto às concessionárias locais de distribuição de gás canalizado, conforme requerido pela LEGISLAÇÃO estadual aplicável.

3. NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

3.1. Notificação de Confirmação. Em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO que venha a ser acordada e assinada pelas PARTES, estarão definidas as condições comerciais e de fornecimento complementares aos termos e condições gerais deste CONTRATO. As NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO seguirão o disposto no ANEXO 2 ao presente CONTRATO e incluirão o disposto no item 3.2. Cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO poderá contemplar termos e condições diferentes das condições gerais previstas neste CONTRATO. As PARTES poderão firmar diversas NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO ao longo da vigência do presente CONTRATO.

3.2. Itens da Notificação de Confirmação. Sem prejuízo de outros temas que poderão ser incluídos, cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO deverá contemplar:

- (a) O PERÍODO DE FORNECIMENTO;
- (b) A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC);
- (c) O PREÇO DO GÁS, observando-se o disposto na Cláusula 5;
- (d) O(s) PONTO(S) DE ENTREGA, observando-se o disposto na Cláusula 9;
- (e) As garantias de cumprimento contratual, caso aplicáveis, a serem emitidas e apresentadas de PARTE à PARTE, de forma a garantir o bom e fiel cumprimento da(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO;
- (f) Detalhes para a programação do GÁS;
- (g) Detalhes sobre possíveis PARADAS PROGRAMADAS e impactos nos compromissos de fornecimento e retirada de GÁS.

3.3. Procedimentos para Assinatura. Para cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO cujos termos e condições sejam acordados entre as PARTES, a VENDEDORA enviará, por meio de plataforma eletrônica, a NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO à COMPRADORA para assinatura pelas PARTES. Alternativamente, as PARTES poderão celebrar uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO mediante envio de e-mail pela VENDEDORA e ratificação dos termos da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO mediante envio de e-mail pela COMPRADORA. Nas duas hipóteses, o envio deverá ser feito através dos endereços eletrônicos especificados abaixo:

(a) Para a COMPRADORA:

A/C: Sr(a). Tatiana Ferreira Lemos, cargo Diretora de Originação, e-mail: tatiana.lemos@edge.com.vc.

A/C: Sr(a). Catarina Salgado da Costa Amaral, e-mail: catarina.amaral@edge.com.vc.com

C/C: Sr(a). Lucas Garcia Nishioka, e-mail: lucas.nishioka@edge.com.vc.

(b) Para a VENDEDORA:

A/C: Sr. Guilherme Carvalho, cargo Diretor Técnico-Comercial e-mail: guilhermecarvalho@mtgas.mt.gov.br

C/C: Sr. Aécio Rodrigues, Diretor Presidente, e-mail: aeciorodrigues@mtgas.mt.gov.br

C/C: Sr. Hibrael Mamede, Gerente Mecânico e Operações, e-mail: hibraelmamede@mtgas.mt.gov.br

3.3.1. As PARTES declaram, garantem e confirmam que os representantes indicados na Cláusula 3.3 possuem poderes para representá-las e celebrar as NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO que sejam firmadas no âmbito deste CONTRATO. Qualquer alteração aos representantes acima indicados deverá ser notificada pela PARTE em questão à outra PARTE conforme Cláusula 18.

3.3.2. Uma vez assinadas pelas PARTES, as NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO serão títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 784, III, do Código de Processo Civil.

4. VIGÊNCIA

4.1. Vigência. O presente CONTRATO terá vigência a partir da data de sua assinatura e seu término ocorrerá mediante a ocorrência do último dos seguintes eventos: (i) 4º aniversário da data de celebração deste CONTRATO; ou (ii) o término do último PERÍODO DE FORNECIMENTO previsto em uma NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO firmada na vigência deste CONTRATO.

4.2. Prorrogação. O prazo do presente CONTRATO poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as PARTES, o que será formalizado mediante correspondente termo aditivo.

4.3. Sobrevivência. Após o término do prazo de vigência deste CONTRATO, permanecerão válidos os termos e condições que, por sua natureza, devam sobreviver ao término, incluindo as disposições previstas nos itens 13.8, 14.5, 14.7 e 23.7 e nas Cláusulas 16, 19, 21 e 22. Tais termos e condições permanecerão

válidos pelos prazos previstos neste CONTRATO e, caso não sejam previstos prazos, pelos prazos prescricionais aplicáveis.

5. PREÇO DO GÁS

5.1. Preço do Gás. O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela PARCELA DE MOLÉCULA (PM) e, se aplicável, pela PARCELA DE TRANSPORTE (PT), conforme definido abaixo:

$$PG = PM + PT$$

PG	É o PREÇO DO GÁS (PG), expresso em R\$/m ³ com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), definida na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, expressa em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	É a PARCELA DE TRANSPORTE (PT), definida na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, expressa em R\$/m ³ nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.2. Não Inclusão de Tributos. O PREÇO DO GÁS (PG) não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.2.1. Entendem-se como tributos devidos em decorrência direta o ICMS, incluindo eventuais adicionais aplicáveis como FECF e FOT (Fundo Orçamentário Temporário), PIS, COFINS e seus eventuais substitutos em virtude de alterações na legislação tributária. Em caso de vigência concomitante dos tributos acima e de seus eventuais substitutos, em eventual período transitório definido por Lei, tais tributos e seus substitutos serão devidos e acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.2.2. Não se entendem como tributos devidos em decorrência direta da execução do CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, IOF e Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento.

5.3. Arredondamento. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m³ (Reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, a serem contemplados nas NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

6. COMPROMISSO DE FORNECIMENTO DA VENDEDORA

6.1. Compromisso de Fornecimento da VENDEDORA. Durante o PERÍODO DE FORNECIMENTO abrangido em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, a VENDEDORA compromete-se a disponibilizar para a COMPRADORA, no PONTO DE ENTREGA, a cada DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), observado o disposto na Cláusula 8 e no item 6.2.

6.2. Quantidade Faltante. Caso, em determinado DIA, ocorra uma FALHA NO FORNECIMENTO, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_j = QDP_j - QDR_j - QN_{FMj}, \text{ onde:}$$

QF _j :	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j”.
QDP _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o DIA “j”, em determinado PONTO DE ENTREGA.
QDR _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA no DIA “j”, em tal PONTO DE ENTREGA.
QNF _{Mj} :	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não disponibilizadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR para o DIA “j”.

7. COMPROMISSOS DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA

7.1. Compromisso de Retirada (CR). Para todos os DIAS durante o PERÍODO DE FORNECIMENTO abrangido em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, a COMPRADORA obriga-se a adquirir e retirar a QDC e, mesmo que não retire, pagar a penalidade de COMPROMISSO DE RETIRADA (CR) à VENDEDORA observado o disposto no item 7.2.

7.2. Quantidade Não Retirada (QNR). Para fins de verificação do cumprimento do COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), a eventual QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela COMPRADORA no correspondente DIA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$QNR_j = QDC_j - (QNF_j + QNFM_j) - QDR_j$, onde:

QNR _j :	é a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) de GÁS no correspondente DIA “j”, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo.
QDC _j :	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) no DIA “j”.
QNF _j :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de FALHA NO FORNECIMENTO no respectivo DIA “j”.
QNF _{Mj} :	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo DIA “j”.
QDR _j :	é a soma da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no DIA “j” nos PONTOS DE ENTREGA.
j	é um determinado DIA do correspondente MÊS.

7.3. Pagamento do Compromisso de Retirada. Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR), na forma do item 7.2, a COMPRADORA deverá pagar o montante previsto no item 13.4, correspondente ao COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), sem prejuízo do disposto no item 13.2.

7.4. Esforços. As PARTES envidarão esforços para corrigir e recuperar eventuais desvios de COMPROMISSO DE RETIRADA em dado DIA através da compensação da programação do GÁS nos DIAS subsequentes, dentro de um mesmo MÊS do PERÍODO DE FORNECIMENTO em questão.

8. PROGRAMAÇÃO

8.1. Nominação da QDC. As PARTES acordam que, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) estabelecida na(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO deverá ser utilizada para fins de nominação junto ao TRANSPORTADOR ou ao detentor das instalações de movimentação de gás a montante do PONTO DE ENTREGA para o DIA do fornecimento.

8.1.1. As PARTES estabelecerão em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO o mecanismo de programação aplicável à transação nela formalizada.

8.2. Alteração de Regras. As PARTES reconhecem que a entrega do GÁS pela VENDEDORA e a retirada do GÁS pela COMPRADORA ocorrerá através do sistema de transporte ou das instalações de movimentação de gás a montante do PONTO DE ENTREGA, operado por agentes independentes e que, portanto, as disposições desta Cláusula 8 e das NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO poderão ser revistas em caso de alteração das regras operacionais vigentes.

9. PONTOS DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO GÁS

9.1. Quantidade de Gás no(s) Pontos de Entrega. A definição das QUANTIDADES DE GÁS associadas a cada PONTO DE ENTREGA será feita na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

9.2. Pontos(s) de Entrega. Os PONTOS DE ENTREGA gerais e suas localizações estão estabelecidas no Anexo I, porém cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO é que determinará qual(is) PONTO(S) DE ENTREGA será(ão) aplicável(is) a cada compra e venda de GÁS objeto de tal NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

9.3. Transferência de Propriedade e Risco. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA para a COMPRADORA ocorrerá no flange imediatamente à jusante do SISTEMA DE MEDIÇÃO do respectivo PONTO DE ENTREGA. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) à montante do ponto de transferência de propriedade serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) à jusante de tal ponto serão de responsabilidade da COMPRADORA.

9.4. Qualidade. O GÁS será disponibilizado pela VENDEDORA à COMPRADORA nos PONTOS DE ENTREGA, atendendo às condições desta Cláusula e aos aspectos de QUALIDADE DO GÁS estabelecidos na Cláusula 11.

10. MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO

10.1. Regras Aplicáveis. As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis ao SISTEMA DE MEDIÇÃO e às regras de alocação do GÁS estão estabelecidas no GTA ou em outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável. Assim, tais regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas deverão prevalecer para todos os efeitos em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste CONTRATO. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas PARTES no presente CONTRATO em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade do GTA ou de outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos no GTA ou em outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável. Cada PARTE deverá envidar seus melhores esforços para transmitir de imediato as comunicações da outra PARTE ao TRANSPORTADOR ou ao operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA.

10.2. Unidades de Medida. Salvo nos casos diferentemente dispostos neste CONTRATO, as PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

10.3. Arredondamento e Alocação da QDR. A QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) será expressa com ARREDONDAMENTO em zero na respectiva casa decimal, sendo definida pela regra de alocação do TRANSPORTADOR ou do operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável.

10.4. Informações de Medição e Alocação. A VENDEDORA se compromete a (i) exigir do TRANSPORTADOR ou do operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, todas as informações relativas à medição e alocação do GÁS nos PONTOS DE ENTREGA nos termos do GTA ou de outros contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, e (ii) enviar à COMPRADORA todas as informações de medições realizadas pelo TRANSPORTADOR do GÁS objeto deste CONTRATO ou pelo operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, tão logo as receba.

10.4.1. A VENDEDORA envidará os maiores esforços junto ao TRANSPORTADOR ou operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, para responder as manifestações abertas pela COMPRADORA no prazo de 45 (quarenta e cinco) DIAS ÚTEIS, a partir da data da abertura do questionamento e envio pela COMPRADORA da documentação necessária para avaliação da manifestação.

11. QUALIDADE DO GÁS

11.1. Qualidade do Gás. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA nas malhas de transporte ou em outra infraestrutura onde estiver localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme aplicável, e o GÁS retirado pela COMPRADORA, nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverão apresentar características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP Nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. Determinação das Características do Gás. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA não é de responsabilidade da VENDEDORA. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA deverá atender aos requisitos impostos pelo TRANSPORTADOR, com base nas regras estabelecidas no GTA e LEIS, ou pelo operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, com base nas regras estabelecidas nos contratos que regulem o acesso ao PONTO DE ENTREGA e LEIS, conforme aplicável.

12. PARADAS PROGRAMADAS

12.1. Paradas Programadas. Caso os compromissos assumidos pelas PARTES no âmbito deste CONTRATO sejam impactados em caso de PARADAS PROGRAMADAS, a possibilidade de tais impactos e os impactos contratuais serão estabelecidos na(s) respectiva(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO.

13. FATURAMENTO

13.1. Faturamento. O fornecimento de GÁS e quaisquer valores devidos no âmbito de qualquer NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO serão faturados mensalmente, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

13.2. Fornecimento de Gás. Pelo fornecimento de GÁS, em um dado MÊS, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula, apurada para cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO:

$$F = \sum_j^M QDR \times PG, \text{ onde:}$$

F	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO;
QDR	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) em cada DIA “j” do MÊS em questão apurada em cada PONTO DE ENTREGA;
PG	é o PREÇO DO GÁS;
M	é o número de DIAS do correspondente MÊS;
j	é um determinado DIA do correspondente MÊS.

13.3. Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO. No caso de FALHA NO FORNECIMENTO por falta de disponibilidade diária do GÁS, em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade calculada em base diária de acordo com a seguinte fórmula, apurada para cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO:

$PFF = 0,3 \times (QF \times PM)$ onde:

PFF:	é o valor da penalidade diária por FALHA NO FORNECIMENTO no DIA em questão devida pela VENDEDORA;
QF:	é a soma das QUANTIDADES FALTANTES no DIA em questão apurada por cada PONTO DE ENTREGA;
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA NO FORNECIMENTO.

13.3.1. A penalidade estabelecida no item 13.3 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO decorrente de FALHA NO FORNECIMENTO. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido. Nesse sentido e sem limitar a generalidade do disposto acima, as PARTES concordam que nenhum valor será devido pela COMPRADORA à VENDEDORA por despesas incorridas perante o TRANSPORTADOR ou operador da infraestrutura onde está localizado o PONTO DE ENTREGA, conforme o caso, em situações de FALHA NO FORNECIMENTO.

13.4. Pagamento do Compromisso de Retirada. Caso seja apurada QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) em determinado MÊS, na forma do item 7.2, o valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA, a título de COMPROMISSO DE RETIRADA (CR), será o produto da QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) pela PARCELA DE MOLÉCULA (PM) vigente no MÊS do respectivo do fornecimento, conforme a seguinte fórmula, apurada para cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO:

$FAT_{CR} = QNR \times 0,3 \times PM$; onde:

FAT_{CR}	É o valor a ser pago de COMPROMISSO DE RETIRADA (CR) pela COMPRADORA à VENDEDORA, em razão do não cumprimento do compromisso de COMPROMISSO DE RETIRADA.
QNR	É a QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR) no MÊS em questão apurada por cada PONTO DE ENTREGA.
PM	É a PARCELA DE MOLÉCULA vigente no MÊS em que tenha ocorrido o COMPROMISSO DE RETIRADA.

13.5. Arredondamento. Para fins desta Cláusula 13, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

13.6. Apresentação de Documentos de Cobrança. Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram. Em caso de apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA com atraso em relação ao prazo previsto acima, a data de

vencimento será prorrogada pelo mesmo número de DIAS ÚTEIS do respectivo atraso, exceto quando o atraso decorrer de culpa da COMPRADORA.

13.7. Data de Vencimento dos Documentos de Cobrança. Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos em moeda corrente até o 15º (décimo) DIA ÚTIL após a apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

13.7.1. Sem prejuízo do previsto no item 13.9, na hipótese de atraso pela COMPRADORA no pagamento de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA, a VENDEDORA deverá enviar Notificação para a COMPRADORA informando o valor em atraso (“NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO”). A partir da NOTIFICAÇÃO DE ATRASO NO PAGAMENTO, a COMPRADORA terá prazo de 10 (dez) DIAS para regularização do pagamento.

13.8. Tributos e Encargos. O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura e suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.8.1. Se, durante o prazo de vigência do CONTRATO, ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas, a alteração de base de cálculo, a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.8.2. A revisão prevista no item 13.8.1, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.8.3. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.8.4. A COMPRADORA fornecerá as informações necessárias relativas ao faturamento, inclusive as decorrentes de substituição tributária, para a correspondente análise e expressa aceitação por parte da VENDEDORA. Após tal análise, caso a VENDEDORA fature com informações diferentes das fornecidas pela COMPRADORA, todos os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da COMPRADORA serão suportados pela VENDEDORA e compensadas na primeira oportunidade, do valor dos tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

13.8.5. Se ficar constatado que, por ocasião da emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a VENDEDORA aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste CONTRATO em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados, desde que a COMPRADORA apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos.

13.8.6. Se a VENDEDORA constatar que algum dos tributos devidos em decorrência direta deste CONTRATO foi aplicado, equivocadamente, em valor inferior ao devido, o valor do respectivo tributo, será cobrado da COMPRADORA mediante emissão de notas fiscais complementares, tal como previsto na legislação aplicável.

13.8.7. Se a VENDEDORA for autuada por ter aplicado algum dos tributos incidentes sobre este CONTRATO em valor inferior ao devido, a VENDEDORA procederá, de forma diligente, à sua defesa e, não logrando êxito, comunicará à COMPRADORA sobre o resultado do procedimento fiscal e realizará a cobrança dos valores do referido tributo, sem penalidades ou encargos, no momento em que efetuar a quitação perante a autoridade fiscal.

13.8.8. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros, incluindo erros de medição de volume, alocação, identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham, comprovadamente e de forma vinculada, a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, então os eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao atraso/erro. Tais encargos, juros, multas e outras obrigações deverão ser previamente e formalmente informados para fins de posterior pagamento, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido de acordo com os itens 13.6 e 13.7.

13.8.9. As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

13.8.10. Na eventualidade de existência de situação tributária específica à COMPRADORA ou à VENDEDORA que acarrete suspensão, redução, isenção, não incidência ou diferimento nas operações previstas no presente CONTRATO, a COMPRADORA ou a VENDEDORA, conforme o caso, fornecerá, em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS antes da apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos termos do item 13.6, todos os documentos necessários para sua correta aplicação. Caso tal documentação não seja tempestivamente apresentada, a VENDEDORA ou a COMPRADORA, conforme o caso, aplicará a legislação em vigor sem considerar a situação tributária específica, não se sujeitando ao enquadramento como valor controverso, nos moldes do item 13.10.

13.9. Encargos Moratórios. No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a (i) atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata tempore*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais, além de (iii) multa moratória de 2% (dois por cento), calculada sobre o montante atualizado. O disposto nos itens (i) e (ii) acima será aplicável considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento.

13.10. Cobranças Objeto de Controvérsia. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA: (i) enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue

importantes para elucidar a controvérsia; (ii) efetuar pontualmente o pagamento da parte incontroversa do DOCUMENTO DE COBRANÇA e (iii) reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia;

(b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e

(c) Se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

13.10.1. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.10 (b) e (c).

13.10.2. Sanada a controvérsia, seja (i) após os procedimentos descritos no item 13.10 (b) e (c); (ii) após negociação prevista no item 16.1 ou (iii) após decisão arbitral; na quitação do valor controverso será aplicado o disposto no item 13.9 (i) e (ii).

14. INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

14.1. Eventos de Inadimplemento. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

(a) Insolvência, falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES.

(b) Violação da Cláusula 21.

(c) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor incontroverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO, bem como quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 13.10.

(d) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste CONTRATO, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.

(e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste CONTRATO, em desacordo com a Cláusula 17.

(f) Perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.

(g) Não entrega da garantia de pagamento prevista em qualquer NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, conforme aplicável e/ou a não manutenção de tal garantia em vigor durante o prazo previsto na respectiva NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

14.2. Resolução do Contrato Sem Período de Saneamento. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES, dentre os listados nas alíneas (a) ou (b) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente poderá requerer a resolução do CONTRATO mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do CONTRATO.

14.3. Resolução do Contrato Após Período de Saneamento. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (c) a (g) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.3.1. Sem prejuízo do disposto no item 14.3, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, com sua respectiva QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS), e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS, sem que seja caracterizada qualquer FALHA NO FORNECIMENTO ou que seja devida, pela VENDEDORA, qualquer indenização ou penalidade em decorrência de eventual inadimplemento contratual da VENDEDORA enquanto durar o EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia deste ou qualquer outro direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

14.3.2. Independentemente de a VENDEDORA suspender ou não a entrega de GÁS em razão de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO da COMPRADORA, a COMPRADORA continuará obrigada a cumprir com suas demais obrigações do contrato, incluindo os pagamentos pelo não atendimento ao compromisso de retirada.

14.3.3. Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO notificado conforme item 14.3, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

14.3.4. Na hipótese do item 14.3, a PARTE que esteja adimplente poderá requerer a resolução do presente CONTRATO desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 30 (trinta) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do CONTRATO.

14.4. Notificações de Confirmação. Para que não reste dúvidas, a resolução deste CONTRATO abrangerá todas as NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO eventualmente assinadas no âmbito deste CONTRATO, ainda que o inadimplemento envolva apenas uma de tais NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO. Não obstante, a PARTE inocente poderá, a seu exclusivo critério, optar por resolver o presente CONTRATO apenas em relação a uma ou mais NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO e manter as demais em vigor, devendo, nesse caso, especificar esse fato na notificação de resolução do CONTRATO. Nesse caso, o CONTRATO continuará em vigor em relação à(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO que não tenham sido objeto de resolução e a indenização por resolução será calculada em relação à(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO que tenham sido objeto de resolução.

14.5. Indenização por Resolução. Na hipótese de resolução deste CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor apurado conforme abaixo:

$V_{Ind} = 0,3 \times QDC_M \times DF \times PG$, onde:

VInd:	É o valor de indenização a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE em R\$.
QDC _M	É somatória da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) vigente nas NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO objeto de resolução na data da efetiva resolução.
DF:	É a quantidade de DIAS faltantes para o término do PERÍODO DE FORNECIMENTO em questão.
PG:	Corresponde ao PREÇO DO GÁS vigente na data da efetiva resolução.

14.5.1. Sem prejuízo dos itens 14.7 e 14.8 e exceto no caso de resolução do CONTRATO com base no item 14.1 (b), quando não há limite para a indenização devida, o valor estipulado no item 14.5 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos da outra PARTE. Efetuado o pagamento da indenização, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente a título de indenização pela resolução do CONTRATO.

14.5.2. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor correspondente à indenização por resolução do CONTRATO prevista no item 14.5, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.6. Resolução por Mútuo Acordo. Adicionalmente às hipóteses previstas nessa Cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE, (i) por mútuo acordo das PARTES; ou (ii) por qualquer das PARTES, mediante envio de NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE nos seguintes casos:

- (a) demora ou recusa na concessão de qualquer ato governamental, em prazo superior a 12 (doze) MESES, que afete diretamente o cumprimento das obrigações de cada PARTE;
- (b) impossibilidade de consumo e/ou de fornecimento de GÁS em razão de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES; e
- (c) impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal.

14.7. Efeitos da Resolução. A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco as disposições que sobreviverão ao término do CONTRATO, conforme item 4.3.

14.8. Rescisão Imotivada. A PARTE que desejar rescindir imotivadamente o presente CONTRATO antes do término do prazo de vigência aqui previsto deverá NOTIFICAR a PARTE contrária com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência. Não obstante, tal resolução resultará apenas na não celebração de novas NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO no âmbito deste CONTRATO, permanecendo em vigor, portanto, todos os compromissos assumidos em NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO vigentes.

14.9. Inexistência de Inadimplemento Cruzado. O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

15. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.1. Conceito. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA e/ou suas AFILIADAS não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

15.2. Eventos Incluídos. Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos do item 15.1:

- (a) ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico;
- (b) ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa dos mesmos;
- (c) cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis;
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do CONTRATO que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES;
- (e) desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público que tenha competência sobre as PARTES ou sobre as operações previstas neste CONTRATO;
- (f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção, processamento, escoamento, terminais, ou transporte necessário para atendimento deste CONTRATO;
- (g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição de gás canalizado necessário para o recebimento do GÁS.

15.3. Eventos Excluídos. Sem limitar a generalidade do disposto no item 15.1 e apenas a título meramente exemplificativo, as PARTES concordam que os eventos abaixo relacionados não serão considerados como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

- (a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA;
- (b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral;

(c) qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrentes de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(d) falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que a falha ou o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;

(e) eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste CONTRATO;

(f) mudança de LEI, exceto mudanças que que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO por qualquer das PARTES, conforme item 15.2 (d).

15.4. Procedimentos em Situação de Caso Fortuito ou Força Maior. Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, a PARTE AFETADA deverá adotar as seguintes medidas:

(a) informar a outra PARTE sobre a ocorrência do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração e do provável impacto do evento no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.

(b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível;

(c) manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação;

(d) prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências;

(e) permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar;

(f) complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4 (a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA;

(g) sendo a VENDEDORA a PARTE AFETADA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes, aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste CONTRATO.

15.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4 (a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

15.5. Obrigações Não Afetadas. Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no CONTRATO.

15.6. Efeitos no CONTRATO. Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, (i) estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como (ii) exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

15.6.1. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do CONTRATO.

15.7. Controvérsias. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR e enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

15.7.1. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

16. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

16.1. Negociações entre as Partes. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, enviarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer DISPUTA decorrente ou relacionada com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação terá duração de 30 (trinta) dias contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da DISPUTA. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar a ARBITRAGEM.

16.2. Arbitragem. Caso a DISPUTA não seja solucionada amigavelmente, na forma do item 16.1, tal DISPUTA, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser, exclusiva e definitivamente, resolvida por ARBITRAGEM.

16.2.1. A ARBITRAGEM será administrada pela CÂMARA, de acordo com seu o regulamento de arbitragem, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do CONTRATO, hipótese na qual prevalecerão as disposições do CONTRATO.

16.2.2. A ARBITRAGEM será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

16.2.3. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.2.4. A DISPUTA será solucionada na ARBITRAGEM, aplicando-se a LEI brasileira.

16.2.5. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o português.

16.2.6. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

(a) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM não exceda o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO ÚNICO. A Secretaria da CÂMARA solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da CÂMARA encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

(i) cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);

(ii) recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e

(iii) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.

(b) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM seja igual ou exceda o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:

(i) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do regulamento de arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO ("PRIMEIRO ÁRBITRO").

(ii) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO ("SEGUNDO ÁRBITRO").

(iii) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um terceiro árbitro ("TERCEIRO ÁRBITRO"), que presidirá os trabalhos.

(iv) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

16.2.7. Na hipótese de as regras do regulamento de arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.2.8. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, o TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.

16.2.9. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

16.2.10. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- (c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.
- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

16.3. Foro. Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este CONTRATO, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; ou ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17. CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

17.1. Cessão. O CONTRATO, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos, empenhados ou de outra forma gravados ou onerados por qualquer PARTE, salvo (i) com o consentimento por escrito da outra PARTE ou (ii) caso a cessão total do CONTRATO seja realizada a uma AFILIADA da PARTE cedente.

18. DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1. Notificações. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica (com confirmação de recebimento) ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento.

18.2. Domicílio. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao CONTRATO:

(a) COMPASS

Compass Comercialização S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 24, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP

CEP 04538-132

A/C: Tatiana Ferreira Lemos

Correio eletrônico (e-mail): tatiana.lemos@edge.com.vc

Cc: lucas.nishioka@edge.com.vc

(b) MTGÁS

Rua Líbano, 2.258, 6º andar, Alvorada, Cuiabá-MT

A/C: Guilherme Carvalho, Diretor Técnico-Comercial.

Fone: +55 65 3316-9700

Correio eletrônico (e-mail): guilhermecarvalho@mtgas.mt.gov.br

18.3. Notificações Operacionais. Será válida ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) MTGÁS

Rua Líbano, 2.258, 6º andar, Alvorada, Cuiabá-MT

Fone: +55 65 3316-9700

A/C: Gerência de Programação de Gás

Correios eletrônicos (e-mails): guilhermecarvalho@mtgas.mt.gov.br; hibraelmamede@mtgas.mt.gov.br

(b) COMPASS

Compass Comercialização S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 24, Bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP

CEP 04538-132

Fone: +55 (11) 97041-9933

A/C: Catarina Salgado da Costa Amaral

Correio eletrônico (e-mail): catarina.amaral@edge.com.vc.com Cc: barbara.cyrillo@edge.com.vc

18.4. Alteração de Dados. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.5. Data de Validade. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

18.6. Atendimento para Programação. Para os fins dos termos e condições dispostos na Cláusula 8, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período das 8:00 (oito horas) até às 18:00 (dezoito horas).

19. CONFIDENCIALIDADE

19.1. Confidencialidade. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de vigência do CONTRATO e suas eventuais prorrogações e, adicionalmente, por 5 (cinco) ANOS após o seu término, a manter confidencial o presente CONTRATO, bem como todas as informações e documentos referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO, que lhe forem transmitidos ou obtidos em razão deste CONTRATO.

19.2. Responsabilidade das Partes. As PARTES se responsabilizam, para fins de confidencialidade, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente CONTRATO divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título, comitentes.

19.3. Abrangência. São consideradas confidenciais todas as informações e documentos transmitidos ou obtidos em razão deste CONTRATO, independentemente de expressa menção quanto à confidencialidade dos mesmos. As Partes concordam em tratar como informação confidencial a própria existência deste CONTRATO e se comprometem a não realizar a divulgação pública da existência e formalização deste CONTRATO e possíveis NOTIFICAÇÕES de CONFIRMAÇÃO celebradas, salvo se previamente acordado entre as PARTES conforme definido na cláusula 19.4. abaixo.

19.4. Exceções à Confidencialidade. Não obstante o disposto nas Cláusulas 19.1 e 19.3, a divulgação de informações ou documentos confidenciais será permitida nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação ou documento em questão já era conhecido anteriormente às tratativas de celebração deste CONTRATO, sem a violação de qualquer obrigação de confidencialidade;
- (b) tenha havido prévia e expressa anuência da PARTE titular ou responsável pela informação ou documento em questão;
- (c) a informação ou documento tenha sido comprovadamente obtido por outra fonte, independentemente do presente CONTRATO, de forma legal e legítima e sem a violação de qualquer obrigação de confidencialidade;
- (d) tenha havido determinação judicial, arbitral, legal e/ou solicitação de bolsa de valores ou órgão público a que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas para a divulgação de informações ou documentos, desde que (i) requerido segredo de justiça no seu trato judicial, arbitral e/ou administrativo, (ii) a PARTE divulgadora da informação tenha dado ciência à outra PARTE sobre tal fato previamente à divulgação e (iii) a PARTE divulgadora limite a divulgação ao estritamente necessário;
- (e) tenha havido solicitação de qualquer instituição de crédito ou financeira, em função de financiamento das operações dessa PARTE, mas somente na medida em que seja necessário para a obtenção e manutenção de financiamento, sendo que essa instituição deverá ser submetida a obrigações de confidencialidade iguais às especificadas nesta Cláusula 19.

19.5. Obrigação de Indenização. O descumprimento da obrigação de confidencialidade importará em qualquer hipótese na responsabilidade civil da PARTE infratora por perdas e danos que esta e/ou as pessoas mencionadas na Cláusula 19.2 venham a causar à outra PARTE. Em nenhuma hipótese, as PARTES serão responsabilizadas por perdas e danos indiretos e lucros cessantes.

20. NOVAÇÃO

20.1. Não Novação. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

21. CONDUTA DAS PARTES

21.1. Obrigações de Conduta. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

21.1.1. Cada PARTE declara, se compromete e garante que nem ela nem os membros do seu “Grupo” (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, tampouco (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as LEIS ANTICORRUPÇÃO aplicáveis, incluindo a Lei Federal nº 12.846/13. Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

21.1.2. Cada PARTE declara, se compromete e garante que ela e suas AFILIADAS cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.1.3. Nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas nas LEIS ANTICORRUPÇÃO e demais legislações aplicáveis à PARTE.

21.1.4. Cada PARTE declara, se compromete e garante que nem ela nem os membros do seu Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente, por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

21.1.5. Cada PARTE declara, se compromete e garante que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nos itens 21.1.3 e 21.1.4 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta Cláusula 21.

21.1.6. As PARTES declaram, se comprometem e garantem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.2. Obrigações Contábeis. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.1.2, 21.1.3 e 21.1.5; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) ANOS após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a LEGISLAÇÃO aplicável.

21.3. Indenização. A PARTE inadimplente deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE inadimplente e suas AFILIADAS.

Obrigações de Notificação. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

22. LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

22.1. Danos Diretos. A responsabilidade das PARTES, nos termos do CONTRATO será limitada aos danos diretos sofridos por uma das PARTES. Assim, as PARTES não responderão por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes, efetivos ou potenciais, perda de uma chance, perdas causadas por interrupção de negócios, reputação, dentre outros, ainda que em virtude de inadimplemento contratual ocasionado pela outra PARTE e que fosse possível prevê-los de qualquer forma.

22.1.1. A limitação prevista no item 22.1 não será aplicável nos seguintes casos:

- (a) Dolo ou fraude da PARTE em questão ou de suas AFILIADAS ou representantes;
- (b) Violação da Cláusula 21.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Nulidade. Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

23.1.1. Na hipótese do item 23.1, as PARTES, através de aditivo ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, se aproxime do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

23.2. Modificação das Cláusulas Contratuais. Este CONTRATO somente poderá ser alterado por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

23.3. Declarações e Garantias. As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do CONTRATO:

(a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente CONTRATO e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.

(b) As pessoas naturais que assinam o presente CONTRATO na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.

(c) A celebração deste CONTRATO e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições do presente CONTRATO.

(d) Cada uma das PARTES obteve todas as licenças e autorizações necessários para o cumprimento de suas obrigações previstas neste CONTRATO.

23.4. Cuidado com o Meio Ambiente. As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto deste CONTRATO, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

(a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;

(b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;

(c) estímulo ao uso racional e eficiente do GÁS NATURAL; e

(d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

23.5. Acordo Integral. Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

23.6. Valor Estimado do CONTRATO. As PARTES concordam que o valor total estimado será calculado com base nas condições de cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO e seu respectivo PERÍODO DE FORNECIMENTO.

23.7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. No caso de ter havido ou haver tratamento de dados pessoais em decorrência da negociação e execução do objeto deste CONTRATO, as PARTES se obrigam a atuar em estrita observância e cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e demais diplomas legais vigentes e/ou que vierem a vigor sobre o tema de proteção de dados pessoais aplicáveis, assumindo cada parte a responsabilidade pelos tratamentos de dados pessoais que realizarem para as suas próprias finalidades no contexto deste CONTRATO, sendo ainda responsável por eventuais danos diretos que tiver causado, desde que evidenciados, em razão de violação à legislação

[REDACTED]

de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos de dados pessoais que cada PARTE realizar, diretamente ou por intermédio de outrem, no âmbito da negociação e execução deste CONTRATO. Para os fins deste CONTRATO, os termos "tratamento" e "dados pessoais" terão os significados que lhes são atribuídos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme alterada ou substituída de tempos em tempos.

23.8. Assinatura Eletrônica. Nos termos da legislação vigente, as PARTES expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas PARTES, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das PARTES ao presente instrumento.

23.8.1. O presente CONTRATO somente é válido e eficaz com a assinatura de ambas as PARTES. Caso o presente CONTRATO não seja assinado por ambas as PARTES e circulado às mesmas em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS da assinatura pela primeira PARTE, o presente CONTRATO será considerado sem efeito.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

COMPASS COMERCIALIZAÇÃO S.A.

Nome: Demetrio Antonio de T. Magalhaes Filho	Nome: Catarina Salgado da Costa Amaral
Cargo: Diretor Presidente	Cargo: Diretora de Operações

COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS

Nome: Aécio Guerino de Souza Rodrigues	Nome: Manoel Antonio Garcia Palma
Cargo: Diretor Presidente	Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro

TESTEMUNHAS:

NOME:
[REDACTED]

NOME:
[REDACTED]



ANEXO 1. TERMOS DEFINIDOS E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

1. **Termos Definidos.** Os termos usados em maiúsculas no CONTRATO terão os significados atribuídos abaixo, seja no singular ou no plural:

AFILIADA: significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

ANO: significa o período compreendido entre o primeiro DIA de janeiro do correspondente ano calendário e o último DIA do mês de dezembro do mesmo ano.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

ARBITRAGEM: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito na Cláusula 16.

ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO): significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.2.6.

ÁRBITRO ÚNICO: significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 16.2.6.

ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 (zero) a 4 (quatro), o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 (cinco) a 9 (nove), o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

CALORIA: significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

CÂMARA: significa a International Chamber of Commerce – ICC Brasil, responsável pela condução da ARBITRAGEM, conforme previsto na Cláusula 16.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR: significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste CONTRATO, observadas as condições e situações previstas na Cláusula 15.

COMPRADORA: significa a PARTE que está comprando e retirando o GÁS, conforme definido no preâmbulo deste CONTRATO.

COMPROMISSO DE RETIRADA (CR): significa o valor do compromisso de retirada do GÁS da COMPRADORA na forma do item 7.1. O valor do CR será faturado na forma do item 13.4.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE ENTREGA: significam as condições de disponibilização do GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA e de recebimento do GÁS pela COMPRADORA, conforme Cláusula 9.

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

CONTRATO: significa estes Termos e Condições Gerais para Contratação de Compra e Venda de Gás Natural, seus anexos e termos aditivos, bem como NOTIFICAÇÕES DE CONFIRMAÇÃO assinadas no âmbito deste instrumento.

CONTRATO DE TRANSPORTE OU GTA: significa os contratos para prestação de serviço de transporte de gás natural regulado pela ANP, celebrado pelas PARTES junto ao(s) transportador(es) referente as obrigações objeto deste CONTRATO, seus termos e condições, anexos e termos aditivos.

DIA: significa cada dia calendário do período de vigência do CONTRATO, tendo início à 00:00 (zero hora) e término às 24:00 (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

DIA ÚTIL: significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste CONTRATO.

ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.9.

EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas na Cláusula 14.

FALHA NO FORNECIMENTO: significa a situação caracterizada pela ocorrência, no PONTO DE ENTREGA, em determinado DIA, de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de disponibilidade de GÁS no PONTO DE ENTREGA de acordo com as disposições estabelecidas neste CONTRATO.
- (b) desconformidade em relação à QUALIDADE DO GÁS.

Excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará FALHA NO FORNECIMENTO:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência; ou
- (iii) ter a COMPRADORA retirado o GÁS em desconformidade na forma da CLÁUSULA ONZE.

GÁS ou GÁS NATURAL: significa o gás natural objeto do presente CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

LEI ou LEGISLAÇÃO: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria e regulação estadual.

LEIS ANTICORRUPÇÃO: significa todas as leis e regulamentos federais, distritais, estaduais ou municipais aplicáveis que proíbam a evasão fiscal, lavagem de dinheiro ou que de qualquer outra forma disponham a respeito de procedimentos relacionados a práticas criminosas, suborno, fornecimento de gratificações ilegais, pagamentos de facilitação ou outros benefícios para qualquer funcionário do governo ou qualquer outra pessoa, incluindo as Leis Penais Brasileiras e as Leis Federais nº 12.846/2013 e 9.613/1998.

MÊS: significa cada mês calendário de vigência do CONTRATO, tendo início às 00:00 (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24:00 (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do CONTRATO que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do CONTRATO que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do CONTRATO. “MENSALMENTE” será interpretado de modo correspondente.

METRO CÚBICO (m³): significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

NOTIFICAÇÃO: significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na Cláusula 18.

NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO: É o contrato entre as PARTES que define as condições complementares a este CONTRATO e que, em conjunto com o presente CONTRATO, estabelece compromisso vinculante entre as PARTES, conforme estabelecido na Cláusula 3. O modelo da NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO está descrito no ANEXO 2.

PARADA PROGRAMADA: significa a situação transitória programada que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de GÁS, conforme eventualmente descrita na(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO.

PARADA NÃO PROGRAMADA: significa a situação transitória não programada que resulte em redução no fornecimento ou recebimento de GÁS, conforme eventualmente descrita na(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE CONFIRMAÇÃO.

PARCELA DE MOLÉCULA (PM): significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG), a ser definida em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

PARCELA DE TRANSPORTE (PT): significa a parcela referente aos custos de transporte contidos no PREÇO DO GÁS (PG), a ser definida em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

PORTE AFETADA: significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

PERÍODO DE FORNECIMENTO: significa o período definido na NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO, compreendido entre o início e o término dos DIAS estabelecidos para o fornecimento.

PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por METRO CÚBICO de GÁS).

PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA POR METRO CÚBICO). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do CONTRATO, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA.

PONTO DE ENTREGA: consiste nas instalações necessárias à disponibilização do GÁS nas condições contratuais conforme estabelecido em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

PREÇO DO GÁS (PG): significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), calculado e reajustado conforme Cláusula 5 e a ser previsto em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

QUALIDADE DO GÁS: significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC): significa a QUANTIDADE DE GÁS em base diária a ser prevista em cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO e que será objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos neste CONTRATO.

QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA pela VENDEDORA em cada PONTO DE ENTREGA, conforme detalhamento que constará de cada NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO.

QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa a QUANTIDADE DE GÁS, ARREDONDADA a zero casa decimal, que tenha sido retirada pela COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA em determinado DIA.

QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS): significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, conforme Cláusula 8.

QUANTIDADE FALTANTE (QF): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 6.2.

QUANTIDADE NÃO RETIRADA (QNR): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada MÊS na forma do item 7.2 para fins do COMPROMISSO DE RETIRADA.

SENTENÇA ARBITRAL: significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de ARBITRAGEM.

SISTEMA DE MEDIÇÃO: significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, calibração, cromatografia, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, localizado no PONTO DE ENTREGA.

TRANSPORTADOR: empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de gás natural.

TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 16.2.6.

VENDEDORA: significa a PARTE que está vendendo e entregando o GÁS, conforme definido no preâmbulo deste CONTRATO.

2. Regras de Interpretação. As seguintes regras serão aplicadas na interpretação do CONTRATO:

(a) As referências a um gênero incluem todos os gêneros e as referências ao singular incluem o plural e vice-versa.

(b) As definições presentes neste CONTRATO aplicam-se igualmente aos termos diretamente derivados dos termos definidos.

(c) O índice, bem como os cabeçalhos e títulos das cláusulas deste CONTRATO servem apenas para referência e são irrelevantes para a interpretação ou a análise do presente CONTRATO.

(d) “Deste instrumento”, “aqui”, “abaixo” e palavras similares se referem a este CONTRATO como um todo e não a qualquer disposição específica do presente CONTRATO.

(e) Os termos “inclusive”, “incluindo” e outros termos semelhantes serão interpretados como se estivessem acompanhados da frase “a título meramente exemplificativo” e “sem limitação”.

(f) As PARTES reconhecem que:

(i) possuem plena capacidade e experiência para celebração e execução do CONTRATO;

(ii) estão cientes de todas as circunstâncias, regras e riscos relacionados com o CONTRATO;

(iii) o presente CONTRATO é resultado de livre negociação entre as PARTES e do pleno exercício de sua autonomia privada, sendo considerado simétrico e paritário e com obrigações proporcionais entre as PARTES;

(iv) tiveram a oportunidade de analisar, negociar e revisar este CONTRATO;

(v) todas as cláusulas do presente CONTRATO devem ser interpretadas como se tivessem sido redigidas pelas PARTES em conjunto, não se aplicando a regra de interpretação prevista no inciso IV, §1º do art. 113 do Código Civil Brasileiro.

ANEXO 2. MINUTA DE NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO

DATA	[...]
REFERÊNCIA	Emitida no âmbito dos Termos e Condições Gerais para Contratação de Compra e Venda de Gás Natural, celebrado entre as partes abaixo em [inserir data] (“CONTRATO”). A presente NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO constitui parte integrante e indissociável do CONTRATO. Expressões e definições usadas na presente NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO em maiúsculas deverão ter o significado atribuído no CONTRATO.

	COMPRADORA	VENDEDORA
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		
EMAIL		

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

PERÍODO DE FORNECIMENTO	
QDC (m³/dia)	
PREÇO DO GÁS (PG)	
PARCELA MOLÉCULA (PM)	
PARCELA TRANSPORTE (PT)	
GARANTIA FINANCEIRA	
VALOR TOTAL DA NOTIFICAÇÃO DE CONFIRMAÇÃO	
REGRAS DE PROGRAMAÇÃO	
PARADAS PROGRAMADAS	

CONDIÇÕES DE ENTREGA

PONTO DE ENTREGA	MUNICÍPIO	GASODUTO

DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

ASSINATURAS

VENDEDORA:	<div></div> <div>Nome: [...]</div> <div>Cargo: [...]</div> <div></div> <div>Nome: [...]</div> <div>Cargo: [...]</div>
COMPRADORA:	<div></div> <div>Nome: [...]</div> <div>Cargo: [...]</div> <div></div> <div>Nome: [...]</div> <div>Cargo: [...]</div>

TESTEMUNHAS:	<div></div> <div>Nome: [...]</div> <div>CPF: [...]</div> <div></div> <div>Nome: [...]</div> <div>CPF: [...]</div>
---------------------	---